

## Ata

19ª REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

**12 de junho de 2015**

No dia doze de junho do ano de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu na sala do Conselho, da Reitoria da Universidade do Porto, sita na Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto, o Conselho Geral, tendo estado presentes os seguintes membros: Alfredo de Sousa, Altamiro da Costa Pereira, António Felino, Artur Águas, Carlos Afonso, Gabriel David, Isabel Menezes, José Fernando de Oliveira, José Manuel Amarante, Manuel Matos Fernandes, Raul Vidal, Daniel Freitas, Francisco Silva, Joana Magalhães, Pedro Ferreira, Fátima Lisboa, Bento Domingues, José Pacheco Pereira, Paul Symington e Maria João Vasconcelos, Justificaram a sua ausência Altamiro da Costa Pereira, António Sarmento, Maria de Fátima de Oliveira e Maria Helena André. Também esteve presente, sem direito a voto, o Reitor da Universidade do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo.

A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Geral com a seguinte ordem de trabalhos:

### **A. Antes da ordem de trabalhos:**

1. Presidente do CG: Retificação da ata de 13 de março.  
Alteração da data da reunião de 26 de junho.
2. Reitor: Assuntos gerais sobre atividade.
3. Prof. Doutor José Fernando Oliveira: Apresentação do estudo realizado pela CPEQA: "Condições de Admissão no Ensino Superior: uma breve análise comparativa".(ponto vindo da reunião anterior)
4. Outros assuntos (Prof. Doutor Artur Águas; Estudante Daniel Freitas).

### **B. Ordem de trabalhos:**

1. Aprovação da ata da reunião de 24 de abril de 2015.
2. Apreciação e aprovação do "Plano de ação para o quadriénio do mandato do Reitor" (ponto vindo da reunião anterior).
3. Apreciação e aprovação da projeto do articulado referente às "Propostas de clarificação do Regulamento de Propinas da U.Porto", aprovadas em reunião anterior (ponto vindo de reunião anterior, aguarda parecer da CEQA).

4. Apreciação e aprovação do “Relatório do Provedor de Estudante 2014/2015” (aguarda parecer da CEQA).
5. Apreciação e aprovação da “Proposta de alteração de uma cláusula que visa possibilitar a renovação automática da cedência de direito de superfície do Instituto de Pernambuco” (aguarda parecer da CPF).
6. Apreciação e aprovação da “Proposta de criação da quota suplementar na Associação Porto Digital” (aguarda parecer da CPF).

Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho Geral, após ter cumprimentado os membros presentes, informou que tinha recebido dois pedidos urgentes do Sr. Reitor/ Faculdade de Engenharia, referentes à adesão da Universidade a Associações privadas. Dada a urgência dos assuntos, o Presidente remeteu os pedidos à *Comissão de Inovação, Investigação e Internacionalização* para apreciação e emissão de parecer. Com os pareceres da Comissão previamente distribuídos, bem como a restante documentação, o Presidente colocou à votação a adição da inscrição na ordem de trabalhos dos seguintes pontos:

7. Apreciação e aprovação da “Proposta de adesão da U.Porto à Plataforma Ferroviária Portuguesa”.
8. Apreciação e aprovação da “Proposta de adesão da U.Porto ao Cluster dos Resíduos - Smart Waste Portugal (SWP)”.

O Conselho deliberou aprovar por unanimidade a inscrição dos pontos 7 e 8 na ordem de trabalhos.

Posteriormente, o Presidente informou que tinha recebido um pedido do Sr. Prof. Doutor Nuno Ferrand de retificação da ata de 13 de março, que a seguir se transcreve:

“Na Ata consta o seguinte: “...Altamiro da Costa Pereira pediu a palavra para felicitar o Prof. Nuno Ferrand pelo projeto, nomeadamente pelo conceito raro previsto neste projeto de que o museu não é museu se não tiver estas três áreas (confluência de saberes, biodiversidade e participação de pessoas.).

Na verdade, o que se disse foi: (confluência de saberes, investigação científica, e ciência feita pelos cidadãos). É isto que deverá figurar entre parêntesis e que descreve as três áreas que eu referi.”

O Presidente enviou o pedido para aprovação do Sr. Prof. Doutor Altamiro da Costa Pereira, ao que o autor respondeu afirmativamente.

Colocada à votação, foi aprovado por unanimidade a retificação da ata de 13 de março, a qual deve figurar em adenda à ata retificada.

De seguida, o Presidente colocou à consideração do Conselho a alteração da data da próxima reunião de 26 de junho. Após troca de impressões, foi aprovado por unanimidade que a reunião de 26 de junho se mantinha e que será realizada por via eletrónica, uma vez que é apenas para apreciação e aprovação do “Relatório de Contas Consolidadas 2014”.

Assim, a reunião seguirá os seguintes trâmites:

- A reunião eletrónica de 26 de junho será apenas para discussão e aprovação do “relatório e contas consolidado/UP”, além da ata da reunião do CG de 12 de junho de 2015.
- Tal discussão e aprovação será feita via e-mail por todos e cada um dos membros, após receção do parecer da comissão permanente de planeamento e financiamento e do projeto da ata, que deverão ser remetidos até às 24h do dia 22/06;
- O voto de cada membro deverá ser remetido até às 24h do dia 25/06.

- No dia 26/06 o secretariado em articulação com o presidente apurará o sentido do voto e comunicará a cada membro via e-mail o resultado final, bem como uma ata concisa deste procedimento;
- Aprovado, o relatório será remetido ao Conselho de Curadores, dando conhecimento dessa remessa ao Tribunal de Contas, para aprovação e remessa àquele tribunal ( artº 9 f) e v) dos Estatutos da Fundação- DL nº 96/2009 ).

O Conselho deliberou que a primeira reunião a seguir às férias terá lugar na Faculdade de Ciências da U.P.

Posteriormente, o Presidente deu a palavra ao Reitor que esclareceu o Conselho sobre os seguintes assuntos gerais de atividade:

- Na sequência de uma intervenção do Reitor, o Secretário de Estado do Ensino Superior aprovou aumentar o reforço orçamental que inicialmente tinha proposto, no valor de cerca de 6 milhões e 100 mil euros, para o valor originalmente proposto pela UP de 6 milhões de euros e 600 mil euros.
- Ainda com referência ao orçamento da UP, o Reitor comentou que este se tem vindo a degradar ao longo dos últimos 6 anos. Com referência a 2010, e normalizando o orçamento relativamente às flutuações orçamentais, a UP recebeu para 2015 menos 18 milhões de euros para despesas correntes (retiradas as remunerações) e de investimento.
- O reitor participou a 9-10 de junho, em Badajoz, na conferência *Universia*, patrocinada pelo banco Santander, e na qual estiveram reunidas cerca de 500 Universidades de Espanha, Portugal e América Latina. Tomou conhecimento do importante programa de bolsas de mobilidade que o BS vai garantir até 2020, ao qual a UP terá acesso através dos protocolos que tem firmados com esta instituição.
- Ainda relativamente à cooperação internacional, é de salientar a atividade recente do serviço de relações internacionais - a UP faz parte de 64 candidaturas europeias; os primeiros resultados relativos a candidaturas de 2014-2015 foram anunciados, com a aprovação de 3 projetos liderados pela UP, a que serão atribuídos um total de 3 milhões de euros.
- O campeonato mundial de voleibol de praia, realizado no Porto em 2014, co-organizado pela UP, pelo IPP e pela FAP, recebeu o prémio de melhor organização desportiva universitária de 2014, no âmbito da FISU – Federação Internacional de Desporto Universitário. O prémio será recebido no próximo dia 2 de julho na Coreia do Sul por uma delegação dos organizadores, no que se inclui uma delegação da UP, chefiada pelo Pró-reitor, professor Fernando Remião.
- Ainda com mais uma notícia positiva, Dois investigadores do CIBIO publicaram recentemente um artigo na revista *Science*, revista de imensa reputação mundial.

Passando ao ponto seguinte, antes da ordem de trabalhos “Apresentação do estudo realizado pela CPEQA: “Condições de Admissão no Ensino Superior: uma breve análise comparativa”, o Presidente deu a palavra ao Coordenador da Comissão, Prof. Doutor José Fernando de Oliveira, que recapitulou que a Comissão debruçou-se sobre o sistema e as

regras de acesso ao ensino superior e retirou a proposta versada no ponto 1 do parecer da Comissão, relativa á iniciativa do CG em promover um encontro nacional sobre este tema. Tal parecer constará em anexo à presente ata.

Após ampla discussão, o Conselho Geral deliberou mandar o Coordenador desta Comissão de dar conhecimento da sua preocupação com este tema ao Sr. Presidente do CNE, Professor David Justino, e ao Sr. Presidente do CRUP, Prof. Doutor António M. Cunha juntamente com o estudo longitudinal do desempenho dos estudantes na U.Porto coordenado pelo Professor José António Sarsfield Cabral. Este é o maior estudo deste tipo até hoje realizado em Portugal.e está disponível em:

[https://sigarra.up.pt/up/pt/conteudos\\_service.conteudos\\_cont?pct\\_id=21473&pv\\_cod=19awyHjmGJp7](https://sigarra.up.pt/up/pt/conteudos_service.conteudos_cont?pct_id=21473&pv_cod=19awyHjmGJp7)

Relativamente ao ponto “Outros Assuntos”, Artur Águas questionou o Sr. Reitor acerca da constituição do júri para a atribuição das bolsas no âmbito do Museu da UP ao que o Sr. Reitor deu as explicações que entendeu pertinentes. Artur Águas deu ainda conta que as dúvidas colocadas relativamente ao Webmail da UP lhe foram esclarecidas por e-mail pelo Sr. Vice-reitor Prof. Doutor Martins Ferreira.

Ainda no ponto “outros assuntos” Daniel Freitas fez uma breve apresentação do projeto “Pólo Zero” da Federação Académica do Porto (FAP) que é um projeto com vários anos de pensamento e maturação no seio da FAP. Compreende o Pólo Zero um espaço físico localizado na Praça de Lisboa cedido pela Câmara Municipal do Porto à FAP. A missão fundamental do Pólo Zero é a de ser um centro catalisador da participação estudantil, prestando um serviço aos estudantes da cidade do Porto e à comunidade em geral, através de uma forte aposta na promoção do empreendedorismo, da inovação e da cultura no meio académico.

De seguida, sob proposta da Comissão de Planeamento e Financiamento e, tendo em conta a atividade que a Profª Doutora Patrícia Teixeira Lopes desenvolveu enquanto pró-reitora com o pelouro do Planeamento Estratégico e Participações Empresariais e a dedicação e competência colocadas na coordenação das atividades de elaboração e acompanhamento dos planos e relatórios de atividades da Universidade, o Conselho Geral da Universidade do Porto exprime um voto de reconhecimento e louvor.

Findos os pontos prévios à ordem do dia, passou-se à discussão da ordem de trabalhos.

**1. Aprovação da ata da reunião de 24 de abril de 2015.**

Foi aprovada por unanimidade a ata da 18.ª reunião do Conselho Geral de 24 de abril de 2015.

**2. Apreciação e aprovação do “Plano de ação para o quadriénio do mandato do Reitor” (ponto vindo da reunião anterior).**

O Presidente deu a palavra ao Reitor que referiu que o *Plano de Ação do Mandato do Reitor* que se submete à aprovação do Conselho Geral da Universidade do Porto (U.Porto), em conformidade com os Estatutos da Universidade, representa no essencial a proposta de concretização do Programa de Ação para a U.Porto para o mesmo período que, sob o mote ‘Antecipar o Futuro, Ousar a Mudança’, o Reitor submeteu ao Conselho Geral, em 24 de março de 2014, no âmbito da sua candidatura ao cargo. Neste enquadramento, a visão, os objetivos, os valores e o compromisso assumidos no programa de candidatura estão de forma inequívoca subjacentes às propostas de trabalho expressas neste documento. O mandato reitoral iniciou-se em 27 de junho de 2014. Algumas das propostas de ação incluídas

no presente Plano refletem a necessária transição de mandatos, desde logo decorrente do trabalho em curso ou programado à data de início de funções, no quadro do Plano de Atividades para 2014 e do Plano Estratégico para 2011-2015 aprovados pelos órgãos competentes e em vigor.

Em muitas das propostas de ação o Plano beneficia de ideias e perspetivas refinadas ou adquiridas nos primeiros meses de governação, resultantes do debate semanal promovido no seio da Equipa Reitoral, do debate mensal com os diretores das Faculdades, das reuniões do Conselho Geral, das reuniões periódicas efetuadas com os órgãos representativos dos estudantes, das reuniões periódicas efetuadas com os órgãos representativos dos trabalhadores, das reuniões nacionais no seio do CRUP e de uma intensa agenda que o reitor tem mantido de auscultação e de audição de professores e investigadores, nomeadamente de responsáveis de atividades de investigação e de gestão da investigação. Aliás, importa sempre ter presente e enfatizar, um plano de ação para a U.Porto será bem-sucedido na medida do envolvimento total dos protagonistas que são os docentes, investigadores e técnicos das suas Faculdades, das suas unidades e institutos de investigação e dos seus serviços comuns centrados ou coordenados a partir da reitoria, bem como ainda na medida do sucesso do diálogo fundamental e do envolvimento dos representantes das suas estruturas estudantis.

Finalmente, o plano apresentado beneficiou das sugestões apresentadas pelo Conselho de Diretores e pelo Senado, órgãos que aprovaram o plano por unanimidade, bem como beneficiará naturalmente das recomendações efetuadas ou a efetuar pelo Conselho Geral.

De seguida, o Presidente deu a palavra aos Coordenadores e representantes das Comissões Permanentes do CG que leram os pareceres previamente distribuídos, constantes em anexo.

Posteriormente, o Presidente leu o parecer dos Membros Cooptados relativamente ao plano, previamente distribuído por todos os Conselheiros, obrigatório nos termos do art.º 82, n.º 2 a) e n.º 3 do R.J.I.E.S.

Após trocas de impressões e prestados alguns esclarecimentos adicionais pelo Reitor, o Presidente colocou o documento à votação. Foi deliberado aprovar por maioria, com um voto contra de Artur Águas o “Plano de ação para o mandato do Reitor”, com os pareceres favoráveis das Comissões Permanentes e dos Membros externos do Conselho Geral, sem embargo algumas omissões deste plano. O Conselho Geral sublinhou que tal plano é omissivo quanto a objetivos, que muito poderiam contribuir para uma desejável eficácia, financeira e organizativa da Universidade do Porto. O Conselho Geral recomendou que o Sr. Reitor tenha em consideração essas observações críticas. O Conselho Geral deliberou ainda que os Serviços de Comunicação da Reitoria promovam a adequada publicidade externa deste Plano e das observações das Comissões Permanentes e do parecer dos Membros Externos.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

Artur Águas:

*“O “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor”, pela sua decisiva importância para a universidade, justificaria que fosse ponto único de uma reunião do CG, assim permitindo um debate alargado em plenário do CG, e em que os contributos dos membros do CG pudessem dar origem a alterações do documento inicialmente proposto. Se disso houvesse vontade. Parece-me inadequado que se aplique ao “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor” o procedimento de rotina: solicitar pareceres a comissões e votar a conclusão positiva desses pareceres, como se de banal assunto se tratasse. Espera-se que um “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)” concretize o programa que um Reitor se propõe executar durante o seu mandato, que diagnostique os problemas que o Reitor julgue serem os mais importantes da universidade, que defina as prioridades do Reitor e que estabeleça estratégias concretas da ação futura do Reitor. O “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)” é, ou devia ser, um documento de suma importância para a universidade, já que aí se devia poder antever com exatidão o que o Reitor quer executar durante o período de governação para que foi eleito. Por isso li este documento com a atenção que a minha condição de membro do CG exige e, por isso também, me dei ao trabalho de escrever este meu parecer pessoal, com sugestões e críticas.*

*1. Esperava encontrar a indicação das “bandeiras” do Reitor, as suas prioridades, e a enunciação das estratégias concretas que quer adotar. Por exemplo, é consensual que um dos grandes males que afeta a UP é o envelhecimento do seu corpo docente que, vivendo nós numa época de aceleração tecnológica, requerendo a plasticidade mental que se vai perdendo com a senescência, é hoje um corpo docente que não é renovado há bastantes anos, como média etária acima dos 50 anos, e que vai acumulando, para além de idade, um rácio cada vez maior de estudantes. Esperava que o Reitor desenhasse, socorrendo-se das vantagens estatutárias das Fundações, uma estratégia de poupança de recursos financeiros que permitisse depois disponibilizá-los às faculdades para a contratação de jovens professores. E o que vejo é uma fatia crescente do orçamento a ser absorvido pelos órgãos centrais da UP situados nos “Leões” (vide orçamento de 2014), onde não há ensino, nem investigação, nem estudantes. Esperava um esforço de internacionalização dirigido para países europeus e para o Brasil, e não, como é indicado, para o extremo oriente. Esperava a imitação da Universidade do Minho (UM) no dinamismo de captação dos melhores estudantes que se candidatam à universidade, oferecendo, como a UM, mais de duas centenas de bolsas e também o pagamento de propinas aos estudantes de excelência que estão a seleccionar a sua universidade. Em vez disso, dou comigo a imaginar que os melhores estudantes dos liceus de Fafe, Famalicão, Trofa, e outras áreas do Norte (e, quem sabe, se mesmo do Porto) estarão neste momento a*

*optar, por razões de incentivo económico, pela UM, em vez de escolherem a UP. Esperava a concretização da promessa de um estudo que demonstre, de uma vez por todas, se a política de criação dos SPUP poupou dinheiro à UP ou se teve o efeito oposto. Esperava o anúncio de um plano claro de reforma dos SPUP/CRSCUP, eliminando a possibilidade de os funcionários serem destacados para a Reitoria e Faculdades como simples peças de xadrez, e acabando com a estranha situação de funcionários que, trabalhando nas Faculdades, têm o seu direito superior hierárquico sediado na Reitoria. Estas questões, para mim centrais na gestão da UP, não são abordadas de modo concreto no “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)”.*

*2. Há uma questão formal do “Plano de Ação” que merece menção. Sabemos que a elaboração do “Plano de Ação”, e sua submissão ao CG, é uma exigência do RJIES e dos estatutos da UP. Tratando-se do programa do Reitor para o seu mandato de 4 anos, é minha interpretação que esse programa, para ser intitulado de “plano para o quadriénio”, devia ter sido apresentado ao CG na primeira reunião que se seguiu à reunião do CG do dia 27 de junho de 2014, em que o Reitor tomou posse. Ou seja, devia ter sido enviado para apreciação pelo CG em reunião que devia ter sido marcada para julho de 2014. Perguntei repetidamente ao Reitor, durante as reuniões do CG de 2014 (a 1ª reunião do CG, após a posse do Reitor em junho, foi a 10 de outubro) e também de 2015, porque tardava em submeter o seu “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)” ao CG. Dele recebi a resposta de que queria incluir o contributo de todos os diretores de faculdade da UP no texto do seu Programa de Ação, acrescentado que isso exigia que estivesse terminada a substituição dos mesmos diretores, processo que só se completaria no primeiro mês de 2015. Esta explicação do Reitor foi implicitamente aceite por todos os outros membros do CG, já que anuíram ao sucessivo adiamento da entrega do “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)”. Finalmente, a 12 de junho de 2015, o documento será apreciado pelo CG e, assim, será referente a um triénio e não a um quadriénio. Isso, a meu ver, deve desde logo ser assumido pelo Reitor emendando o título do “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)”, trocando a palavras “Quadriénio” pela de “Triénio”. Este meu reparo foi compreendido pelo presidente do CG que recomendou por email ao Reitor que retirasse a menção de “quadriénio” do título do seu “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)”.*

*3. Tendo em conta o que acabo de escrever (a elaboração do “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor [2014-2018]” ter sido atrasada para o Reitor esperar pelas contribuições dos diretores das faculdades) é surpreendente ler logo na pg. 5 (1. INTRODUÇÃO) que o “Plano de Ação”: “representa no essencial a proposta de concretização do Programa de Ação para a U.Porto para o mesmo período que, sob o mote ‘Antecipar o Futuro, Ousar a Mudança’, o Reitor submeteu ao Conselho Geral, em 24 de março de 2014, no âmbito da sua candidatura ao cargo.” De facto, não se percebe porque não foi o documento submetido em julho*

de 2014 ao CG, já que as putativas contribuições dos diretores das faculdades não fazem parte do “essencial” do “Plano de Ação”. Bem sei que num parágrafo um pouco abaixo e na mesma página se afirma: “Em muitas das propostas de ação o Plano beneficia de ideias e perspectivas refinadas ou adquiridas nestes primeiros meses de governação, resultantes do debate semanal promovido no seio da Equipa Reitoral, do debate mensal com os diretores das Faculdades, das reuniões do Conselho Geral, das reuniões periódicas efetuadas com os órgãos representativos dos estudantes, das reuniões periódicas efetuadas com os órgãos representativos dos trabalhadores, das reuniões nacionais no seio do CRUP e de uma intensa agenda que o reitor tem mantido de auscultação e de audição de professores e investigadores, nomeadamente de responsáveis de atividades de investigação e de gestão da investigação.” Obviamente que esta é uma frase de inegável bom senso, mas que de concreto nada diz sobre esses contributos e o seu peso relativo no “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)”.

4. A crítica maior que faço a este “Plano de Ação” é que ele não é verdadeiramente um plano de ação, que para o ser exige a enunciação concreta de medidas exatas e não apenas um listar de afirmações gerais e abstratas que são, na maioria dos casos, apenas truísmos, com os quais todos estaremos mais ou menos de acordo.

5. Este “Plano de Ação para o Quadriénio do Mandato do Reitor (2014-2018)” estabelece poucos compromissos concretos com a universidade. De facto, o “Plano de Ação” enuncia múltiplas “ações” que são apenas intenções expressas por afirmações abstratas e gerais, iniciadas com os verbos “promover” (o mais usado), “apoiar”, “incentivar”, “estimular”, “valorizar”, “fortalecer”, “assegurar”, “motivar”, “desenvolver”, “revisitar”, etc. E o verbo “fazer”?

6. Pergunta-se: quais são as “bandeiras” concretas do Reitor? O programa a concretizar é o que sair da colegialidade?

7. Passo a apresentar um exemplo, entre os muitos que há no “Plano de Ação”, de afirmações generalistas e abstratas [pg.28] 81) Promover um programa consistente de ‘Música na Universidade’ e promover uma Orquestra Académica da Universidade aberta à participação dos membros da Comunidade. Este período traduz uma clara fidelidade ao que estava escrito no programa eleitoral do Reitor. Mas apenas isso; passado um ano nada aconteceu relativamente à putativa “Orquestra Académica da Universidade”. Teria sido mais correto simplesmente não voltar a falar do assunto “Orquestra Académica da Universidade”. Até porque já há uma orquestra na universidade: a “Orquestra Clássica da FEUP” que prevê a participação de elementos de todas as faculdades da universidade. E até está de boa saúde: deu ontem à noite um concerto na Casa da Música.

8. Agora um exemplo de “ação” onde eu esperava ler um compromisso concreto, mas em que este está ausente [pg. 16] 36) Prestar apoio às Unidades de Investigação (UIs): através da Unidade de Projetos da Reitoria relativamente a projetos científicos, principalmente nos do programa H2020 – nos campos da identificação, elaboração e execução financeira; de

*aconselhamento, e de articulação de procedimentos, relativamente ao processo em curso de avaliação de Unidades de Investigação; de aconselhamento, em relação à próxima avaliação da FCT; Trata-se de uma declaração de intenção que não é concretizada e que, a meu ver, devia incluir a informação concreta que Reitor deu ao CG na reunião de 24 de abril de 2015: a UP está a ultimar a atribuição de um subsídio que andarà à volta de 250€/doutorado às unidades que receberam classificação de “poor”; 500€/doutorado para que as foram classificadas como “fair”, e 750€ para as classificadas como “good”. Esta intenção concreta anteriormente anunciada será mesmo aplicada?*

*9. Um exemplo do que eu considero um erro estratégico [pg. 25] Promover visitas institucionais a Universidades prestigiadas e contactos com consulados e associações de portugueses de países/regiões de interesse estratégico para o reforço do processo de internacionalização da U.Porto, com o objetivo de recrutar ativamente estudantes estrangeiros: Países de língua portuguesa, México e América Latina, Tailândia, China, Arábia Saudita, Ásia Central, Japão, Coreia do Sul, África do Sul, Namíbia, EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Norte de África, Caraíbas e Sul do Pacífico; As relações privilegiadas da UP devem ser com o extremo oriente? A meu ver, Europa e Brasil, devem ser a prioridades da internacionalização. Até porque deve haver um limite nos gastos da Reitoria em viagens, hotéis e restaurantes, sempre onerosos quando para as longínquas paragens da Ásia mais remota.*

*10. O concreto é raro, mas existe, até indicando datas: 82) Apoiar a criação e o desenvolvimento do Museu da Universidade do Porto, com inauguração programada para 2017 (coincidindo com a realização do Congresso Internacional Ecsite), prevendo-se uma pré-inauguração parcelar em 1 de fevereiro de 2016, data do centenário do primeiro museu da Universidade, por despacho conjunto de Bernardino Machado e Afonso Costa.” Ou seja, o que vem de trás, o Museu da Universidade, merece uma singular concretização de datas de inauguração e até de pré-inauguração.*

*Conclusão: ao analisar este “Plano de Ação” senti-me como que a ler o politiguez de que tanto gostam os nossos candidatos a governantes. É um plano de intenções gerais, não é um plano de ação concreta. O documento é quase só uma série de afirmações generalistas e abstratas sem quase nenhum compromisso concreto (salvo raríssimas exceções, como a apontada no parágrafo precedente). Lendo este documento, a universidade fica sem saber quais são as bandeiras que este Reitor quer empunhar e com elas entusiasmar toda a academia a seguir a sua liderança. Resta-nos a esperança de que assegurará uma capaz gestão corrente, o que, dizem-me, já não é coisa pouca.”*

Fátima Lisboa:

*“Decorrido um ano após inicio de mandato do Senhor Reitor continuamos sem vislumbrar um desfecho satisfatório relativamente à reforma dos SPUP/CRSCUP. Desde há um ano que questiono o Senhor Reitor relativamente a este assunto e desde sempre me foi dada uma perspetiva*

*positiva quanto ao desenvolvimento das negociações por forma a obter uma solução que concilie os interesses da Universidade, das Unidades Orgânicas e dos funcionários não docentes. Tal tarda em acontecer. Esperava encontrar neste plano de ação uma definição clara da estratégia da Universidade quanto á reformulação destes serviços que permitisse solucionar as situações dúbias de hierarquização a que estão sujeitos os funcionários não docentes e a transição destes entre serviços algumas vezes como “voluntários à força”. Esperava encontrar um plano estruturado que permitisse prever um desfecho breve na organização dos serviços centrais de forma a que as Unidades Orgânicas possam também reorganizar internamente os serviços garantindo a qualidade, eficácia e eficiência dos mesmos bem como o bem estar de todos os colaboradores, mormente os diretamente envolvidos, os funcionários não docentes.*

*Não se vislumbra, ainda, neste plano uma política que permita possibilitar algum tipo de progressão nas carreiras dos funcionários não docentes que vem vindo a ser inviabilizada a coberto do “manto legal” ( com a exceção óbvia para os cargos de dirigentes a que o CRSCUP deu lugar).*

*Não se nota neste plano, também, preocupação na emissão de diretrizes de forma a garantir que a interpretação dos regulamentos e da legislação e a sua respetiva aplicação seja uniforme para todos os funcionários docentes e não docentes, em todas as unidades orgânicas e serviços centrais. “*

Isabel Menezes:

*Não me oponho ao plano de ação para o mandato do Reitor que corresponde, genericamente, à sua proposta de realizações para os próximos anos. Nesse sentido, votei favoravelmente a proposta apresentada. No entanto, manifesto a minha discordância com alguns aspetos que penso serem de melhorar e aprofundar, a saber:*

- a) *A opção por uma análise SWOT no início do documento é uma relativamente habitual, embora nem sempre contribua para (e por vezes obstaculize) uma visão complexa e necessariamente multifatorial da situação da Universidade, tanto em termos do estado atual como de um estado desejável. Neste caso, parece-me especialmente pouco feliz a identificação de fraquezas que incluem “o valor da marca U.Porto” ou “o sentimento de pertença à U.Porto”. Desde logo porque tenho alguma dificuldade em perceber a mais-valia do “conceito” de “marca U.Porto” quando aplicada a uma instituição centenária, de referência nacional e internacional, com uma essencial missão e um relevantíssimo valor e serviço públicos, tanto ao nível da investigação, como do ensino e da prestação de serviços à comunidade; depois, porque não vejo em quê esse perfil institucional pode constituir uma “fraqueza”, até se*

*atendermos a um indicador relativamente simples como a procura dos cursos.*

- b) Do mesmo modo, discordo profundamente da noção, que se tem “popularizado” em alguns meios, de que haverá na U.Porto um défice de sentido de pertença – acho que esse é um falso problema que tem sido estrategicamente invocado para justificar uma lógica de centralização dos processos de tomada de decisão na Reitoria. Insisto – e o maior conhecimento da U.Porto que advém da minha pertença ao Conselho Geral reforça essa convicção – que a U.Porto é lugar de pluralismo e diversidade, mas também de identidade. Tal como noutras dimensões da nossa identidade, não é por nos sentirmos “do Porto” que nos sentimos menos “Portugueses”. Também na U.Porto, as faculdades não existem sem referência ao acrónimo UP que é fundador e sustentação do Fxx (ou do lxx) e que lhes dá densidade, contexto e significado. Ninguém quer perder esse contexto de base cuja riqueza se expressa nos múltiplos sentidos e lugares da diversidade das áreas de saber.*
- c) O documento revela, também, uma visão estreita, para a qual tenho chamado intensivamente a atenção, da relação com a comunidade envolvente, geralmente limitada ao campo empresarial e ignorando o intenso trabalho desenvolvido com outras entidades – desde as escolas do ensino básico e secundário (de que é exemplo a Universidade Júnior e outros projetos de intercâmbio regular), até às associações, municípios, ONGs, ... Sem embargo da relevância de uma relação de grande proximidade com as empresas, até no quadro da situação de crise que o País atravessa, a comunidade envolvente inclui outros parceiros – e a responsabilidade da Universidade nesse estabelecimento de parcerias deve ser reconhecidamente alargada.*
- d) Similarmente, a visão de responsabilidade social parece limitar-se ao voluntariado e pouco mais, parecendo haver pouco reconhecimento do importante trabalho feito nas várias faculdades ao nível da inclusão de novos públicos e da criação de condições para o apoio ao acesso e progressão de estudantes com incapacidades. A U.Porto tem tido aqui um papel pioneiro que valeria a pena reconhecer e saudar neste documento.*
- e) Finalmente, parece-me surpreendente que não seja apresentada uma ideia própria, alternativa ou complementar, às grandes áreas estratégicas de investigação definidas pela União Europeia e a FCT. Como tenho reafirmado desde há vários anos, gostaria de ver reconhecido e explicitado o*

*reforço do papel das Ciências Sociais. Mas outras questões são igualmente centrais: Vai a U.Porto, na senda do projeto de se constituir como uma universidade de investigação, estabelecer fundos próprios para apoiar a investigação dos seus docentes? Para sustentar a investigação fundamental que aquelas prioridades desvalorizam? Para estimular a transversalidade de abordagens disciplinares e metodológicas? Gostaria de ter visto aqui uma reflexão que ajudasse a perceber a visão estratégica para os próximos anos.*

**3. Apreciação e aprovação da projeto do articulado referente às “Propostas de clarificação do Regulamento de Propinas da U.Porto”, aprovadas em reunião anterior (ponto vindo de reunião anterior).**

O Presidente agradeceu o parecer da *Comissão de Ensino, Qualidade e Avaliação* e deu a palavra ao Coordenador da Comissão, que referiu que conforme deliberado na reunião anterior o parecer elaborado com o apoio da Responsável dos Serviços Jurídicos da Reitoria, Dr.<sup>a</sup> Nazaré Teixeira, a quem agradece a sua colaboração.

De seguida, o Presidente propôs ao Conselho a clarificação dos artigos 5.º, n.º 5 e 15, n.º 3 (mesma redação) e a adição da definição de “estudante internacional” no glossário, conforme definido no artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 36/2014.

Colocado o documento à votação, foi deliberado aprovar por unanimidade o projeto do articulado referente às “Propostas de clarificação do Regulamento de Propinas da U.Porto”, com o parecer favorável da Comissão de Ensino, Qualidade e Avaliação, o qual consta do anexo à presente ata.

**4. Apreciação e aprovação do “Relatório do Provedor de Estudante 2014/2015”.**

O Presidente agradeceu o parecer da Comissão de Ensino, Qualidade e Avaliação e deu a palavra ao conselheiro Daniel Freitas, mandatado pela Comissão para elaboração do parecer, o qual é favorável à aprovação do Relatório.

Ouvida a Comissão, foi deliberado aprovar por unanimidade o “Relatório de Atividades do Provedor do Estudante 2014/2015”.

**5. Apreciação e aprovação da “Proposta de alteração de uma cláusula que visa possibilitar a renovação automática da cedência de direito de superfície do Instituto de Pernambuco”.**

O Presidente agradeceu o parecer da Comissão de Planeamento e Financiamento e, dada a ausência do Coordenador, foi exposto por Artur Águas.

Ouvido o parecer favorável da Comissão, foi deliberado aprovar por unanimidade a “Proposta de alteração de uma cláusula que visa possibilitar a renovação automática da cedência de direito de superfície do Instituto de Pernambuco” e ordenada a remessa ao Conselho de Curadores. Artur Águas considerou que o processo da “Casa de Pernambuco” merece um acompanhamento especial, tendo sugerido ao Reitor que nomeie um comissário que se empenhe diariamente para que esta instituição finalmente abra ao fim de mais de uma década de o seu edifício ter sido construído (localizado em frente ao Teatro do Campo Alegre). Indicou que esse

comissário devia ser um Professor da UP com prestígio no Brasil, como é o caso do Prof. Doutor Jorge Bento, diretor da FADEUP.

**6. Apreciação e aprovação da “Proposta de criação da quota suplementar na Associação Porto Digital”.**

O Presidente agradeceu o parecer da Comissão de Planeamento e Financiamento e, dada a ausência do Coordenador, deu a palavra a Gabriel David.

Atendendo à relevância da APD para a UP e para a Cidade e ao facto de o investimento efetuado ser recuperado em menos de quatro anos pela poupança em comunicações (analisando apenas esse fator), a Comissão propõe por unanimidade parecer favorável à proposta apresentada.

Após troca de impressões, foi deliberado aprovar por unanimidade a “Proposta de criação da quota suplementar na Associação Porto Digital”, com o parecer favorável da Comissão de Planeamento e Financiamento, atendendo à relevância da Associação Porto Digital para a UP e para a cidade, bem como ao facto de o investimento efetuado ser recuperado em menos de quatro anos pela poupança em comunicações.

**7. Apreciação e aprovação da “Proposta de adesão da U.Porto à Plataforma Ferroviária.**

O Presidente agradeceu à Comissão de Inovação, Investigação e Internacionalização a celeridade na apreciação e emissão do parecer e deu a palavra ao Coordenador da Comissão.

Atendendo à importância do transporte ferroviário para o desenvolvimento nacional, cujo reforço é central aos objetivos da Plataforma Ferroviária Portuguesa, e às condições de adesão, o parecer da CIII do CG da UPorto relativamente à proposta de adesão apresentada pelo Reitor é positivo.

Após troca de impressões, foi deliberado aprovar por unanimidade a “Proposta de adesão da U.Porto à Plataforma Ferroviária Portuguesa”, com o parecer favorável da Comissão de Inovação, Investigação e Internacionalização.

**8. Apreciação e aprovação da “Proposta de adesão da U.Porto ao Cluster dos Resíduos - Smart Waste Portugal (SWP)”.**

O Presidente agradeceu à Comissão de Inovação, Investigação e Internacionalização a celeridade na apreciação e emissão do parecer e deu a palavra ao Coordenador da Comissão.

Atendendo à importância económica e social dos objetivos da ASWP-Associação Smart Waste Portugal, à relevância dos seus promotores e às condições de adesão, o parecer da CIII do CG da UPorto relativamente à proposta de adesão apresentada pelo Reitor é positivo.

Após troca de impressões, foi deliberado Foi deliberado aprovar por unanimidade a “Proposta de adesão da U.Porto ao Cluster dos Resíduos – Smart Waste Portugal (SWP), com o parecer favorável da Comissão de Inovação, Investigação e Internacionalização.

Por último, o conselheiro Pedro Ferreira informou o Conselho que esta seria a sua última reunião presencial uma vez que deixará de ser, a curto prazo, estudante da Universidade do Porto, pelo que, ao abrigo dos Estatutos desta Universidade, não poderá cumprir o período do mandato restante. Do mesmo modo, informou ainda todo o Conselho que, de acordo com os resultados do processo eleitoral ocorrido em Dezembro de 2013, e dentro das competências atribuídas ao Sr. Presidente do Conselho, a sua substituição deverá feita pelo estudante Diogo Faria da Faculdade de Letras.

O Presidente agradeceu ao conselheiro o excelente trabalho desenvolvido ao longo do mandato e propôs um voto de louvor, que foi aprovado por unanimidade.

O Presidente do Conselho Geral deu por encerrada a reunião às dezoito horas. De tudo para constar se lavrou a presente ata que, após aprovação, vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária do Conselho Geral. .

O Presidente do Conselho Geral da U.Porto,

Juiz Conselheiro Alfredo José de Sousa

A Secretária do Conselho Geral,

Dr.ª Fátima Lisboa